



# ***A virada informacional na Filosofia: alguma novidade no estudo da Mente?***

*The informational turn in Philosophy:  
any novelty in the study of Mind?*

**Maria Eunice Quilici Gonzalez<sup>[a]</sup>, Mariana Claudia Broens<sup>[b]</sup>,  
João Antonio de Moraes<sup>[c]</sup>**

<sup>[a]</sup> Doutorado em Cognitive Science, Language And Linguistics (PhD), pela University of Essex, Livre-Docente do Departamento de Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Marília, SP - Brasil, e-mail: gonzalez@marilia.unesp.br

<sup>[b]</sup> Doutorado em Filosofia pela Universidade de São Paulo, Livre-Docente do Departamento de Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Marília, SP - Brasil, e-mail: mbroens@marilia.unesp.br

<sup>[c]</sup> Mestrando em Filosofia do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Marília, SP - Brasil, e-mail: Moraesunesp@yahoo.com.br

---

## **Resumo**

Analisamos o conceito de *informação* a partir da hipótese de Adams em *The informational turn in Philosophy*, segundo a qual ocorreu na década de 1950 “uma virada de grande abrangência na Filosofia” com a publicação do artigo de Turing “Computing Machinery and Intelligence”. Adams sustenta

que novos rumos estariam sendo delineados na pesquisa filosófica tendo como base o conceito de informação no tratamento de questões clássicas, tais como o problema da relação mente-corpo, percepção-ação, a natureza do conhecimento, dentre outros. Concordando parcialmente com Adams, julgamos, entretanto, que sua hipótese enfrenta dificuldades, sendo a mais fundamental delas concernente aos diversos significados atribuídos ao termo “informação”. Argumentamos que ainda que o conceito de informação subjacente à proposta mecanicista de Turing, segundo a qual “pensar é computar”, esteja sendo empregado na Filosofia, isso ocorre não por seu teor mecanicista, mas, principalmente, pelo pressuposto representacionista vigente nessa área. Nesse sentido, a virada informacional na Filosofia não seria inovadora, uma vez que desde os seus primórdios a reflexão filosófica sobre a natureza da mente se apoia no pressuposto representacionista. A novidade residiria não especificamente na proposta de Turing, mas nas reflexões sobre a natureza da informação, especialmente da informação ecológica, e de sua relação com a ação.

**Palavras-chave:** Informação ecológica. Percepção-ação. Mecanicismo. Representação mental. Significado.

### ***Abstract***

*The concept of information is analyzed starting from Adams' hypothesis in The Informational Turn in Philosophy, according to which there has been a far-reaching turn in Philosophy following the publication of Turing's article "Computing Machinery and Intelligence". Adams maintains that new guidelines are being indicated in philosophical research, having the concept of "information" as the basis for treatment of classical problems, such as the relationships between mind-body, perception-action, and the nature of knowledge, amongst others. Partially agreeing with Adams, we believe, however, that his hypothesis faces difficulties, the most fundamental of which concerns the different meanings given to the concept of information. We argue that even though the concept of information underlying the mechanistic proposal of Turing, according to which "to think is to compute", is indeed being employed in Philosophy, this is not because of its mechanistic nature, but mainly due to the representationist presupposition dominant in this area. From this point of view, the informational turn in philosophy would not provide any great novelty, given that since the earliest days philosophical approaches to the nature of mind have always been mainly representationist. The novelty would not lie specifically in the*

---

*Turing thesis, but in reflections on the nature of information, especially ecological information, and its relation to action.*

**Keywords:** *Ecological information. Perception-action. Mechanicism. Mental representation. Meaning.*

---

Investigações sobre a natureza e estrutura do pensamento, que no passado pertenciam essencialmente ao domínio clássico da Filosofia, têm recebido ampla atenção por parte de cientistas cognitivos em áreas de investigação interdisciplinar. Esse interesse na discussão de problemas filosóficos clássicos por parte de cientistas cognitivos foi propiciado pela introdução do conceito de informação que, como sugerido por Adams (2003), teria produzido uma “virada informacional na Filosofia”, ampliando o seu universo investigativo em um domínio interdisciplinar e fortalecendo o projeto naturalista da mente.

A virada informacional na Filosofia teria ocorrido, de acordo com Adams, no fim da década de 1950, por ocasião da publicação do texto de Turing “Computing Machinery and Intelligence”. Entendemos que esse artigo possui duas hipóteses centrais:

- 1) Pensar é computar por meio da manipulação de símbolos;
- 2) A natureza da inteligência humana (dentre outras) pode ser explicada por modelos mecânicos, processadores de informação simbólica, que simulam (ou reproduzem) o comportamento inteligente por meio de instanciações da máquina universal de Turing.

As hipóteses 1) e 2) foram implementadas na Ciência Cognitiva, tendo amplo respaldo na Filosofia da Mente (como indicado em TEIXEIRA, 1996; DENNETT, 1998, entre outros), em especial no seu viés metodológico solipsista que defende a tese segundo a qual pensar é uma atividade individual, interna, de manipulação de representações mentais abstratas.

Nas décadas que se seguiram após a publicação do artigo de Turing, inúmeras críticas foram elaboradas por filósofos como Dreyfus ([1972] 1979) e Searle (1980, 1992), entre outros, quanto à adequação de modelos mecânicos, processadores de informação simbólica, como candidatos a explicitar a natureza e a dinâmica da inteligência humana. Esses filósofos observaram

que os modelos mecânicos da mente elaborados na Ciência Cognitiva desconsideram, por exemplo, a relevância cognitiva do corpo e do conhecimento comum ou de *background*.

A discussão, que se propagou na Filosofia da Mente, girava em torno da polêmica mecanicismo versus antimecanicismo na atividade de pensar. Contudo, o pressuposto representacionista, segundo o qual o estudo da mente deve ser feito por meio da análise de representações mentais internas, raramente foi colocado em discussão até o fim da década de 1980. Ao contrário, como ressalta Gardner (1995), o pressuposto representacionista da mente constitui um dos pilares centrais da Ciência Cognitiva da época.

O pressuposto representacionista da mente, tão caro à tradição filosófica, ganhou fôlego na Ciência Cognitiva com a hipótese de Turing de que pensar é computar, tendo contribuído para a produção de máquinas de resolução de problemas matemáticos, de geração de música eletrônica, entre outras, com grande sucesso na produção de máquinas de jogar de xadrez que venceriam os melhores campeões humanos. Apesar de discordâncias entre cognitivistas quanto ao aspecto simbólico/ não simbólico das representações mentais, mesmo a vertente conexionista – que defende hipóteses fisicalistas da mente – desenvolve modelos da atividade de representação mental por meio do processamento em paralelo de informação (RUMELHART; MACLELLAND, 1989; GONZALEZ, 2005) em redes neurais artificiais.

Se, por um lado, as hipóteses de Turing geraram uma revolução tecnológica, com lastros até hoje imprevisíveis em nossa vida cotidiana (por exemplo, com a construção de computadores e robôs humanoides que operam em redes interferindo em nossas atividades mais básicas), por outro lado, na Filosofia da Mente o seu impacto parece ter sido menor. Isso porque o pressuposto solipsista a elas subjacente possui longas raízes no pensamento filosófico. Tal pressuposto, segundo o qual a mente introspectiva se basta a si mesma para o desenvolvimento do conhecimento, continua hegemônico, apesar das várias tentativas de contestação provenientes da vertente *Externalista* da Filosofia da Mente contemporânea (sobre esta discussão ver HASELAGER; GONZALEZ, 2002).

O seguinte desabafo de Kravchenko (2007, p. 599) ilustra uma reação contemporânea à perspectiva solipsista que se fortaleceu na Filosofia da Mente e na Ciência Cognitiva a partir da hipótese de Turing:

Tenho um grande respeito por Alan Turing mesmo que seja por uma única razão: poucos cientistas foram capazes de lançar um feitiço tão forte sobre

as mentes de outros ‘cognitivistas profissionais’, cegando-os para toda evidência empírica e/ou argumentos teóricos contra a famigerada alegação de que ‘pensar é computar’.<sup>1</sup>

Indo além da crítica ao mecanicismo, Kravchenko rejeita o pressuposto solipsista que funda o *Método Sintético* de análise vigente na Ciência Cognitiva, segundo o qual:

- a) cognição é uma a capacidade *individual e interna de processamento de informação*;
- b) explicar a cognição requer modelagens informacionais;
- c) o critério de avaliação da modelagem apropriada é dado pelo teste de Turing.

Entendemos que não se trata de uma cegueira súbita generalizada produzida por Turing nas mentes de filósofos e cognitivistas; suas teses, como indicamos na seção seguinte, apenas dão eco e possibilitam a implementação da concepção representacionista da mente, que de longa data vigoram no pensamento filosófico clássico.

## **Perspectiva representacionista da mente e suas raízes na tradição clássica**

Ainda que a primeira vista pareça pertinente a hipótese de Adams (2003), segundo a qual a proposta de Turing teria gerado novos rumos na pesquisa filosófica, um olhar mais atento permite identificar raízes filosóficas bastante antigas em tal proposta, em particular no que diz respeito à abordagem representacionista, solipsista, da mente. Encontramos, por exemplo, nos diálogos *Fedon* e *Menon* de Platão teses representacionistas, como a de que a alma teria a capacidade de evocar a memória das formas ideais que outrora contemplara com “os olhos do espírito”.

---

<sup>1</sup> “I have great respect for Alan Turing even though for one simple reason: few scientists have been able to cast such a strong spell on the minds of other ‘professional cognizers’, blinding them to any empirical evidence and/or theoretical arguments against the infamous claim that ‘thinking is computation’ [...]”

Aristóteles, por sua vez, no início da obra *Sobre a interpretação*, se refere a “modificações na alma” que seriam representações fiéis das coisas, como constatamos na passagem a seguir:

As palavras expressas pela voz não são mais que imagens das modificações da alma; e a escrita não é outra coisa que a imagem das palavras que a voz exprime. E assim como a escrita não é idêntica em todos os homens, tampouco as línguas são semelhantes. Mas as modificações da alma, de que as palavras são signos imediatos, são idênticas para todos os homens, do mesmo modo que as coisas, de que essas modificações são uma fiel representação, são as mesmas para todos (ARISTÓTELES, 1982, p. 49).

O conceito de representação mental também está presente, bastante fortalecido pelo método de análise cartesiano, na modernidade. Para efeito de ilustração, focalizaremos alguns dos argumentos desenvolvidos por René Descartes, especialmente nas *Meditações*, os quais pressupõem a tese representacionista, solipsista, da mente, que viria dar subsídio (claro que sem a concordância do filósofo) ao método sintético de análise vigente na Ciência Cognitiva.

O principal sustentáculo que Descartes (1994a) utiliza em defesa de sua abordagem representacionista da mente é o argumento do “erro dos sentidos”, o qual pode ser assim sintetizado: uma vez que os sentidos são enganosos às vezes e não somos capazes de saber quando podemos confiar neles, o conhecimento que os tenha por base pode ser enganoso em sua totalidade. Assim sendo, as ideias que temos em nossa mente, ao invés de supostamente resultarem das sensações provocadas por objetos do mundo, poderiam ter sido geradas em sua totalidade pela própria mente, como ocorre, por exemplo, quando sonhamos.

Mais ainda, mesmo que suponhamos a existência de objetos externos à nossa mente, para Descartes há uma distinção entre *sentir* e *perceber*, como ele argumenta no exemplo do pedaço de cera na *Segunda Meditação*. Nessa passagem, Descartes (1994a) aponta que o pedaço de cera – que acreditamos conhecer por meio de sua cor, cheiro, forma, som que produz, gosto e textura, isto é, pela operação dos cinco sentidos – efetivamente é conhecido por meio da razão que *percebe* as propriedades essenciais do objeto: suas flexibilidade, extensão e mutabilidade. Segundo Descartes, se dependêssemos apenas dos dados sensíveis para conhecer, não seríamos capazes de

reconhecer a identidade dos objetos se tais dados mudassem – por exemplo, não conseguiríamos *reconhecer* o pedaço de cera uma vez inteiramente derretido pelo fogo.

Ora, qual é esta cera que não pode ser entendida senão pelo entendimento ou pelo espírito? Certamente é a mesma que vejo, que toco, que imagino e a mesma que conhecia desde o começo. Mas o que é de notar é que sua percepção, ou a ação pela qual é percebida, não é uma visão, nem um tatear, nem uma imaginação, e jamais o foi, embora assim o parecesse anteriormente, mas somente uma inspeção do espírito (DESCARTES, 1994a, p. 133).

Deste modo, Descartes entende que nossa percepção de regularidades, propriedades comuns, organização, permanência é distinta da sensação, capaz apenas de lidar com as variações e a impermanência do mundo. A percepção estaria associada à nossa capacidade de representar e julgar para além das aparências daquilo que os dados sensíveis nos oferecem. Esta concepção está intimamente ligada às análises cartesianas das paixões da alma (DESCARTES, 1994b), segundo as quais as imagens impressas no fundo do olho e na superfície da glândula pineal alimentam a alma com os dados que lhe permitirão produzir as *representações* que lhe servirão de base para *perceber* o mundo.

Em síntese, de acordo com a perspectiva representacionista cartesiana, as *representações mentais* ou *ideias* seriam “como imagens das coisas”; por meio delas o pensamento se estruturaria como resultado da capacidade racional de unificar e ordenar os dados dos sentidos.

Não é nosso propósito aqui fazer uma reconstrução histórico-conceitual do representacionismo no pensamento filosófico, mas apenas trazer subsídios que permitam compreender a continuidade do movimento racional subjacente à suposta virada informacional na Filosofia, que, segundo Adams, teria sido desencadeada por Turing. Entendemos que, no que diz respeito ao pressuposto representacionista, subjacente à hipótese de que pensar é computar por meio da manipulação de símbolos, não houve um salto conceitual abrupto em relação à tradição clássica da Filosofia.

Mas, e no que diz respeito ao pressuposto *mecanicista* da mente? Sabidamente, a maioria dos clássicos, incluindo Descartes, nega a possibilidade de o pensamento ser uma mera expressão de operações mecânicas, posto que ele expressaria uma manifestação de nossa alma imortal. Seria, então, na hipótese do caráter *mecânico* do pensamento a grande novidade da proposta

de Turing, a qual teria produzido uma virada de grande porte na Filosofia? A nossa resposta é um enfático “não”! Filósofos da modernidade, entre eles Pascal, já levantaram tal conjectura. Pascal, por exemplo, não apenas inventou e construiu, entre 1642 e 1643, a máquina aritmética, mas, contrariamente a Descartes, considerava possível a reprodução mecânica de operações intelectuais (para detalhes sobre este tópico, ver: BROENS, 1998).

Se as hipóteses representacionista e mecanicista da mente não são novas na Filosofia, qual seria então o elemento inovador na suposta virada informacional? Como o próprio título do artigo de Adams indica, só pode ser a introdução do conceito de informação, que analisaremos a seguir, buscando compreender em que medida o seu emprego traria novidades para a Filosofia nos estudos da mente.

## **Conceito de informação e polêmica representacionismo versus antirrepresentacionismo**

Uma dificuldade inicial em se avaliar a hipótese de Adams, sobre a suposta virada informacional na Filosofia, diz respeito à falta de consenso entre os pesquisadores sobre o que deve ser entendido pelo termo informação (BAYER, 2004; GONZALEZ; NASCIMENTO; HASELAGER, 1998; SCHAEFFER, 2001; SHANNON; WEAVER, 1949; STONIER, 1997; WIENER, 1961; ZEMAN, 1970), o qual em algumas áreas é sinônimo de “dado”, em outras de “regularidades físicas”, “invariantes ambientais”, etc. Uma dificuldade, ainda maior, que nos interessa particularmente, diz respeito à natureza ontológica e epistemológica da informação: trata-se de um elemento material, energético, formal, ou nenhum destes? A informação existe objetivamente na natureza, ou seria ela intrinsecamente dependente de nossos estados mentais subjetivos? Reflexões sobre essas questões vêm sendo realizadas em pelo menos duas vertentes opostas da Filosofia.

Por um lado, questões sobre a natureza ontológica e epistemológica da informação têm sido discutidas na Filosofia da Mente, por filósofos como Dretske (1981, 1988, 1995) e Juarrero (1999), entre outros, que enfatizam o caráter *representacional* da informação, caráter este que eles julgam fundamental para a compreensão de problemas de natureza epistemológica. Por outro lado, tais questões são objetos de investigação da Filosofia Ecológica, que propõe o conceito de *informação ecológica* para fundamentar hipóteses explicativas da relação direta, *não representacional*, entre percepção/ ação



e meio ambiente, por exemplo, nos trabalhos de Gibson (1966, 1979/1986), Bateson (1979, 2002) e Large (2003).

A primeira vertente se desenvolveu no viés da Filosofia da Mente naturalista, em um viés analítico, a partir dos trabalhos de Dretske (1981, 1988, 1995), para quem a mente constitui a “face representacional do cérebro” entendida como um sistema representacional. Nessa perspectiva, a mente teria a função de reconhecer certos objetos/ eventos do mundo, identificando suas propriedades informacionais (legiformes) específicas. Essas propriedades seriam causal ou contextualmente determinadas por elementos físico-químicos, mas a mente que as reconhece possui, segundo Dretske, uma natureza essencialmente *informacional, representacional*, não redutível aos elementos cerebrais. Essa suposição é conhecida como a *hipótese representacionista-informacional* da mente.

A distinção estabelecida por Dretske entre propriedades *físicas*, que possuem um poder causal no cérebro, e as propriedades informacionais, abstratas, que possibilitam a produção de representações mentais, é ilustrada pela distinção estabelecida pelo autor entre “história-veículo” e “história-conteúdo”: em um livro de contos, diz ele, as histórias são registradas sob a forma de sentenças, que constituem a “história veículo”. Contudo, os acontecimentos narrados e representados não estão literalmente no livro; tais acontecimentos constituem a “história conteúdo”. De modo análogo, Dretske argumenta que o que está no cérebro é uma intensa atividade eletroquímica que carrega as representações, mas não os seus conteúdos. Nesse sentido, a mente não estaria na cabeça (DRETSKE, 1995, p. 38). A questão de interesse filosófico consistiria, assim, em indicar elementos esclarecedores sobre a natureza do *conteúdo informacional* das representações mentais, bem como a sua dinâmica de organização no processo de aquisição do conhecimento.

A noção de *conteúdo informacional* é diferenciada por Dretske daquela de *conteúdo semântico*, que está diretamente ligada à noção de significado. O conteúdo informacional pode ser entendido como aquilo que os signos indicam por meio das relações de dependência dos elementos que os compõem. Assim, por exemplo, “fumaça” é um signo indicativo da presença de fogo para receptores sensíveis a ele. Essa indicação decorre de uma rede de relações de dependência entre elementos, dos quais o fogo é um deles. Dado o caráter sistêmico desse tipo de relação, Dretske chama essa informação de *informação sistêmica*.

Já por *conteúdo semântico* Dretske (1992, 1995) entende aquela estrutura de signos que possibilita a apreensão de informação específica, de

*forma mediada*; o conteúdo semântico envolve mecanismos de *representação* adquiridos por meio de aprendizagem, constituindo crenças. Tal estrutura de signos é denominada por Dretske *informação adquirida* e é capaz de produzir conhecimento. Para ilustrar o conceito de *informação adquirida* podemos considerar o mesmo exemplo da fumaça, agora a partir de uma perspectiva linguística. Neste caso, esse signo seria um tipo de informação adquirida por um falante da língua portuguesa ao se referir, nessa língua, à presença do fogo. Um estrangeiro, por exemplo, teria que aprender a conhecer e representar os signos da língua portuguesa para poder captar apropriadamente o conteúdo informacional da afirmação que fumaça significa fogo. É, assim, a partir das noções de *aprendizado* e de *sistemas representacionais* que Dretske desenvolve, de forma bastante elaborada, sua teoria sobre a emergência de informação significativa no domínio do conhecimento.

As noções de *informação sistêmica*, *informação adquirida*, *sistemas representacionais* e *mecanismos de aprendizado* constituem o eixo central da primeira vertente de estudos da informação na Filosofia da Mente. Elas dão subsídios para a defesa da hipótese representacionista informacional da mente, cuja análise detalhada escapa do nosso propósito no presente artigo. Interessa aqui ressaltar que as pesquisas elaboradas nesta primeira vertente de estudos da informação encontraram um campo fértil na tradição filosófica representacionista. Nessa medida, nenhum grande salto parece ter ocorrido com a introdução do conceito de informação no que diz respeito às concepções vigentes sobre a natureza da mente.

Em contraposição à concepção representacionista, uma segunda vertente de estudos da informação vem sendo desenvolvida, desde a década de 1960, na Filosofia da Mente e na Filosofia Ecológica. Rejeitando a postura representacionista, esses estudiosos investigam questões sobre a natureza ontológica e epistemológica da informação em um viés *externalista*.

O papel explicativo das representações mentais é rejeitado pelos *externalistas* diante de inúmeros problemas decorrentes de seus pressupostos; entre eles o clássico problema da regressão ao infinito, implicado em versões de teorias representacionistas que supõem a existência de um *homunculi*, situado no cérebro (possivelmente na glândula pineal), que selecionaria, organizaria e interpretaria, com a ajuda de representações internas, os estímulos provenientes dos órgãos sensoriais.

Uma objeção corrente à concepção representacionista da percepção (que, como foi visto aqui, possui raízes não apenas na modernidade) é que, ao postular a existência de um *homunculi*, ela reproduz a dificuldade inicial de

explicar a natureza da percepção. Pois como compreender a atividade de tal *homunculi*, que ao receber estímulos desorganizados é capaz de organizá-los e interpretá-los, sem recair em petição de princípio? Não estaríamos introduzindo “pelas portas do fundo” um problema ainda mais complicado que diz respeito à relação mente-corpo? Se uma solução possível para essa dificuldade consiste em admitir um ponto inicial de parada, que não é representacional, por que não assumir este ponto de partida, (não representacional) desde o início, como base para as explicações do funcionamento da percepção? É justamente esta a proposta da segunda vertente de estudos da informação, que introduz o conceito de *informação ecológica* para explicar a relação direta, *não representacional*, entre percepção/ ação e meio ambiente de organismos situados e incorporados.

Mas, afinal, o que é informação ecológica, e em que sentido ela ofereceria uma alternativa, quem sabe inovadora, para os impasses gerados pela perspectiva representacionista da mente?

De forma bastante resumida, a informação ecológica pode ser descrita em termos de *affordances*. Esse termo foi cunhado por Gibson (1986, p. 127), segundo o qual as “*affordances* do meio ambiente são o que ele proporciona ou fornece, quer para o bem ou para o mal [no domínio da percepção/ação] [...]. As *affordances* implicam a complementaridade do animal e do meio ambiente”.

Como explicitado em Gonzalez e Morais (2007), o pressuposto da existência de *affordances* requer, por sua vez, a existência de um plano relacional que se estabelece entre ambiente e organismo, o qual molda a identidade dos agentes e do ambiente em que habitam. Nesse contexto, o conceito de informação ecológica está intrinsecamente ligado à concepção de *nicho ecológico*: aquela parte do ambiente que é moldado coevolutivamente pela história dos organismos. Nessa perspectiva, dependendo da história evolutiva dos organismos, inúmeros nichos se formam, constituindo conjuntos complexos de *affordances* que possibilitam diferentes tipos de ação. A informação ecológica seria, assim, um produto emergente da relação agente-meio ambiente no seu processo coevolutivo.

Segundo Gibson (1986), a percepção da informação ecológica ocorre de maneira espontânea e direta, sem a mediação de representações mentais internas supostamente acessíveis pelos recursos introspectivos. A apreensão da informação ecológica seria espontânea uma vez que ela se encontra nas estruturas relativamente *invariantes* dos nichos *coevolutivamente* constituídos por meio da ação dos organismos. O conjunto dos invariantes,

presentes, por exemplo, na *estrutura físico-química* dos objetos que nos cercam, bem como nos movimentos específicos que caracterizam o nosso caminhar, correr, saltar, entre outros, constituem padrões informacionais. Estes padrões especificam a dinâmica de geração e desenvolvimento de hábitos constitutivos das ações que caracterizam as inúmeras histórias de vidas, não apenas humanas.

Ainda que o estudo dos pressupostos ontológicos e epistemológicos da proposta externalista informacional da mente seja de interesse crescente na Filosofia da Mente contemporânea, não nos deteremos na discussão do seu alcance e limitações. Julgamos que o contraste entre as duas concepções de informação aqui apresentadas já fornecem subsídios para a nossa questão inicial, que consiste em saber até que ponto o emprego do conceito de informação, subjacente às hipóteses de Turing, traria novidades para a Filosofia nos estudos da mente.

Como procuramos indicar, a virada informacional não teria sido realmente inovadora, uma vez que desde os seus primórdios a reflexão filosófica sobre a natureza da mente se apoia no pressuposto representacionista sobre o qual se assenta a teoria informacional vigente na Filosofia da Mente. A novidade da virada informacional residiria não especificamente na proposta representacionista mecanicista de Turing, mas nas reflexões sobre a natureza da informação, especialmente da informação ecológica, e de sua relação com a ação.

Entendemos que a hipótese da “virada informacional na Filosofia” no contexto da Filosofia Ecológica poderia trazer novidades uma vez que, de acordo com essa perspectiva, o sujeito cognitivo deixaria de ser concebido como um sujeito absoluto ou transcendental, possuidor de representações mentais acessíveis introspectivamente. Pelo menos como um exercício inovador de reflexão, ele seria visto no plano contingente dos sistemas informacionais que se auto-organizam no embate entre elementos físicos, biológicos, históricos e sociais estruturados no processo de evolução histórica. Essa perspectiva que se encontra em desenvolvimento, necessariamente interdisciplinar, quem sabe, poderá marcar uma virada informacional real na Filosofia.

## Referências

ADAMS, F. The informational turn in philosophy. **Minds and Machines**, n. 13, p. 471-501, 2003.

---

ARISTÓTELES. Sobre la interpretación (Peri hermeneias). In: ARISTÓTELES. **Tratados de lógica**: el organon. México: Porrúa S.A., 1982.

BATESON, G. **Mind and nature**: a necessary unity. New York: Cambridge Press, 1979.

\_\_\_\_\_. **Steps to an ecology of mind**. London: The University of Chicago Press, 2002.

BAEYER, H. von. **Information**: the new language of science. Harvard: Harvard University Press, 2004.

BROENS, M. Mecanicismo e os limites da razão no pensamento de Pascal. In: GONZALEZ, M. E. Q.; BROENS, M. C. (Org.). **Encontro com as ciências cognitivas**. Marília: UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 1998. v. 2.

DENNETT, D. **A perigosa idéia de Darwin**: a evolução e o significado da vida. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

DESCARTES, R. Meditações. In: DESCARTES, R. **Obra escolhida**. Introdução de Giles Gaston-Granger, Prefácio e notas de Gerard Lebrun. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Junior. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994a. Publicação original em 1637.

DESCARTES, R. As paixões da alma. In: DESCARTES, R. **Obra escolhida**. Introdução de Giles Gaston-Granger, prefácio e notas de Gerard Lebrun. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Junior. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994b.

DRETSKE, F. **Knowledge and the flow of information**. Cambridge, MA: MIT Press/A Bradford Book, 1981.

\_\_\_\_\_. **Explaining behavior**. Cambridge, MA: MIT Press, 1988.

\_\_\_\_\_. **Naturalizing the mind**. Cambridge, MA: MIT Press/A Bradford Book, 1995.

DREYFUS, H. **What computers can't do**: the limits of artificial intelligence. Revised edition. New York: Harper and Row, 1979. Publicado originalmente em 1972.

GARDNER, H. **A nova ciência da mente**. São Paulo: EDUSP, 1995.

GIBSON, J. J. **The senses considered as perceptual system**. Boston: Houghton Mifflin, 1966.

\_\_\_\_\_. **The ecological approach to visual perception**. Boston: Houghton Mifflin, 1979/1986.

GONZALEZ, M. E. Q. Information and mechanical models of intelligence. **Pragmatics and Cognition**, v. 13, n. 3, 2005, p. 565-582.

GONZALEZ, M. E. Q.; NASCIMENTO, T. C. A.; HASELAEGER, W. F. G. Informação e conhecimento: notas para uma taxonomia da informação. In: FERREIRA, A. et al. (Org.). **Encontro com as ciências cognitivas**. Marília: UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 1998. v. 2.

GONZALEZ, M. E. Q.; MORAIS, S. Contribuições do pragmatismo para a compreensão do conceito de informação ecológica. **Cognitio: Revista de Filosofia**, v. 8, p. 112-36, 2007.

HASELAGER, W. F. G.; GONZALEZ, M. E. Q. Causalidade circular e causação mental: uma saída para a oposição internalismo versus externalismo? **Manuscrito**, v. 25, n. 1, p. 217-238, 2002.

JUARRERO, A. **Dynamics in action**: intentional behavior as a complex system. London: Bradford Book, 1999.

KRAVCHENKO, A. Where the autonomy? A response to harnard & deor. In: GONZALEZ, M. E. Q.; HASELAGER, W. F. G. (Org.). Mechanicism and autonomy. **Pragmatics & Cognition**, v. 15, n. 3, p. 407-412, 2007.

LARGE, D. **Ecological philosophy**. 2003. Disponível em: <<http://www.newphilsoc.org.uk/OldWeb1/Ecological/DavidLarge.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2010.

RUMELHART, D.; MACLELLAND, J. **Parallel distributed processing**: exploration in the microstructure of cognition. London: Bradford Book, 1989.

SEARLE, J. R. Minds, brains, and programs. **Behavioral and Brain Sciences**, v. 3, n. 3, p. 417-457, 1980. Disponível em: <<http://www.bbsonline.org/Preprints/OldArchive/bbs.searle2.html>>. Acesso em: 4 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. **The rediscovery of the mind**. Cambridge, MA: MIT Press, 1992.

SCHAEFFER, R. Informação e naturalismo esclarecido: “o realismo informacional”. In: GONZALEZ, M. E. Q.; DEL-MASSO, M. C. S.; PIQUEIRA, J. R. C. (Org.). **Encontro com as ciências cognitivas**. Marília: UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2001. v. 3. p. 281-298.

SHANNON, C.; WEAVER, W. **The mathematical theory of communication**. Urbana: University of Illinois Press, 1949.

---

---

STONIER, T. **Information and meaning**: an evolutionary perspective. London: Oxford Press, 1997.

TEIXEIRA, J. de F. **Filosofia da mente e inteligência artificial**. Campinas, SP: Unicamp, 1996.

TURING, A. Computing machinery and intelligence. **Mind**, v. 59, p. 433-460, 1950.

WIENER, N. **Cybernetics, or control and communication in the animal and the machine**. Cambridge, MA: MIT Press, 1961.

ZEMAN, J. O significado filosófico da noção de informação. In: ROYAUMONT, C. (Ed.). **O conceito de informação na ciência contemporânea**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. p. 154-179. (Série Ciência e Informação, n. 2).

Recebido: 22/03/2010

*Received*: 03/22/2010

Aprovado: 03/05/2010

*Approved*: 05/03/2010